

Sarney reconhece dificuldades mas confia na vitória do PDS

Paulo José Cunha

Brasília — O presidente do PDS, Senador José Sarney, garante que o teste das urnas, em 82, vai manter a posição majoritária de seu Partido no Congresso. Mas ele tem dúvidas sobre a possibilidade de manutenção da maioria absoluta, o que se não for possível não representará nenhuma catástrofe para o país.

Em entrevista, o dirigente pedesista afirma que o PDS mantém-se vigilante em relação ao processo de incorporação do PP pelo PMDB, podendo a qualquer momento levantar na Justiça Eleitoral a impugnação do ato por considerá-lo prejudicial aos seus interesses e por conceder privilégio a um Partido — O PMDB — de receber novas filiações ao arrepio dos prazos legais que disciplinam a matéria.

Para ele, a decisão do PP já estava tomada há muito tempo porque o Partido nunca se comportou como a legenda de centro democrático, capaz de ser uma alternativa de poder, dando estabilidade política ao país no processo de abertura.

Ainda hoje ele defende a sublegenda para a eleição de governador: "O instituto da sublegenda era válido porque era uma coligação de pessoas e não de Partidos. No momento em que a Oposição achou que não podia haver nem essa coligação de pessoas dentro de um mesmo Partido, nós achamos que seria muito pior uma coligação de Partidos e não de pessoas".

A entrevista

— Senador, com a incorporação, o PP deixará de existir. Isto significa também o fim do projeto político engendrado pelo falecido Ministro Petrônio Portella?

— A decisão que o PP acaba de adotar já estava tomada. Durante todo o tempo em que ele atuou como Partido político nunca deixou de fazê-lo numa faixa exclusivamente de Oposição. Mesmo nos episódios em que votos de elementos do PP coincidiam com posições do Governo em torno de projetos de interesse do país, de iniciativa do Executivo, essas posições eram absolutamente pessoais. Na realidade, politicamente, o PP nunca se comportou como legenda de centro democrática, capaz de ser uma alternativa de poder dando estabilidade política ao país num processo de abertura. Ele sempre teve uma postura exclusivamente oposicionista. Então, essa incorporação nada mais faz do que tornar realidade uma coisa que já existia. Acho que o projeto do pluripartidarismo depende da sociedade. Se uma sociedade é pluralista e aberta, os Partidos políticos têm espaço para representar estes segmentos da sociedade. No momento em que o PP toma esta posição, este espaço, de um Partido de centro democrático, vai ser ocupado por outro Partido.

— Quais os efeitos práticos desta incorporação para o futuro?

— A incorporação foi a tentativa de se fazer uma coligação antecipada; isto é, já que a lei proíbe coligações, nos termos do projeto que o Governo enviou ao Congresso, o PP antecipou-se a esta legislação. O processo da incorporação, nos moldes em que foi posto, contém falhas de natureza legal que eles não vão poder cumprir com facilidade, sob pena de atropelarem os prazos da incorporação com os prazos da própria eleição. **Sob este aspecto o que vamos manter é uma posição de vigilância.** Quanto à parte política, nada temos a opinar. Foi uma decisão do PP e do PMDB e só eles são juizes dela.

— E do ponto-de-vista eleitoral, o que muda com a incorporação?

— Acho que ela não altera fundamentalmente o panorama eleitoral de 1982. Como eu disse, o PP é um Partido que sempre militou nas hostes da Oposição. O que, sob o ponto-de-vista prático, pode alterar, é a nível de colégio eleitoral, no qual ele tinha uma posição não radical na sucessão presidencial. Ele abdicou dessa perspectiva. Do ponto-de-vista eleitoral, os quadros dos vários Estados não se alteraram. Mas, no caso de um Estado como o Piauí, por exemplo, em que o pacote inviabilizou a coligação do PP com o PMDB, a incorporação restaura esta união que é muito importante para o bom desempenho das oposições ali.

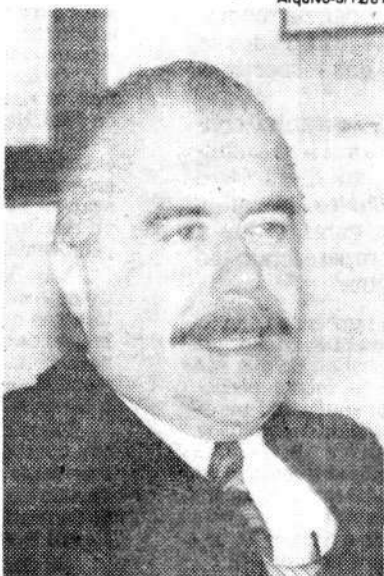
— Esse é um exemplo claro do que existia e permanece existindo onde a Oposição era representada pelo PP e o PMDB era inexpressivo, ele tinha de aderir a esta posição do outro Partido. Dava-se o contrário quando o PMDB tinha uma posição amplamente majoritária, provocando uma polarização em torno do PMDB. O PMDB do Piauí não tinha maior expressão eleitoral, tanto que não elegeu nenhum deputado. A força política maior era do PP e continua sendo do PP apenas sob o rótulo do PMDB. A posição eleitoral não se altera.

— E agora, como ficou a posição do PDS, que desistiu, segundo o Deputado Prisco Viana, de impugnar a incorporação na Justiça?

— Nós nunca contestamos que eles podiam fazer a incorporação prevista na lei. O que nos sustentamos é que nem o PP nem PMDB podiam descumprir os prazos legais, pois achamos que, para fazer a incorporação, eles deveriam publicar os estatutos e o programa do PMDB com antecedência de seis meses para que todos os órgãos do PP se manifestassem sobre ele. Na realidade, hoje, depois da Emenda Constitucional nº 11, o funcionamento dos Partidos é feito com base em seus programas e isso não foi obedecido.

— Achamos também que o PP não podia transferir ao PMDB milhares de filiados em condições de elegibilidade

Arquivo-3/12/81



José Sarney

quando os outros Partidos não podem receber filiados com estes direitos. Esse aspecto nós temos de acompanhar legalmente porque diz respeito a um prejuízo de nosso Partido. Não podemos achar que o PMDB tenha este privilégio sobretudo porque a incorporação significa a extinção de um Partido, no caso, o Partido Popular. Ora, esse dispositivo da incorporação, nos termos em que está na lei, corresponde a uma época em que existiam no Brasil Partidos de quadros e não Partidos de massa. Há mais de trinta anos a nossa lei vem repetindo os mesmos dispositivos, dos quais, agora, o PP lançou mão para fazer a sua incorporação. Nessa época os Partidos existiam apenas nas cúpulas, não existiam filiados que tinham obrigação de apoiar um programa.

— Hoje — prosseguiu — a sistemática de nossa organização partidária é baseada em Partidos de massa na qual cada Partido é obrigado a ter uma filiação, há um rito legal dessa filiação e um compromisso do eleitor com as idéias que fazem parte do programa. De tal modo que um Partido não pode alterar nenhum tópico do seu programa sem publicar essa alteração com seis meses de antecedência para conhecimento e concordância de todos os seus filiados. O que ocorreu na decisão do PP foi que eles obrigaram todos os seus filiados, por uma decisão de cúpula, a aceitarem um programa — o do PMDB — do qual eles nem tomaram conhecimento e sobre o qual nem opinaram. O programa do PMDB é diametralmente oposto ao programa do PP.

— Como o PDS pretende assegurar o direito à elegibilidade dos que, pertencendo a Partidos incorporados, tenham divergido dessa incorporação?

— Estamos examinando a possibilidade de apresentar uma medida legislativa que possibilite ao membro de um Partido que tenha optado por fusão ou incorporação, e esteja insatisfeito com essa decisão, levar o tempo de filiação, podendo filiar-se a outro Partido sem perda do seu direito a elegibilidade em face da proximidade da eleição. O contrário seria uma medida profundamente injusta porque nós não compreendemos que a lei possa discriminar. A lei diz que todos os filiados de um Partido têm direitos iguais e deveres. Ora, o que está acontecendo é que uma parte do Partido Popular e do PMDB têm o direito de ir para um Partido em condições de elegibilidade e os que não concordarem não poderão ir para Partido algum. Serão obrigados a ir para casa. Há vários deputados admitindo até o extremo de sair da política.

— Há quem acredite que o pacote não foi suficiente para atender as necessidades eleitorais do PDS e que novos pacotes ainda virão; isto é verdade?

— Não. Não há o desejo de mandar uma outra legislação. E a legislação da vinculação de votos é apenas uma extensão porque já existe há muito tempo a vinculação de deputado estadual e federal. Em qualquer país democrático do mundo seria impossível pensar que um eleitor pudesse votar para Presidente da República num Partido e para deputado estadual em outro. Ao contrário, todos os países democráticos do mundo têm sistemas baseados em Partidos políticos que têm seus eleitores; esses eleitores têm fidelidade, liberdade de escolha de seu Partido.

— Eu não conheço nenhuma legislação de democracia avançada do mundo ocidental que permita coligações partidárias criando um novo Partido através delas. Ao contrário. Isso seria, em qualquer Partido democrático do mundo, a destruição do sistema partidário. E nós sabemos hoje que a democracia moderna só funciona na base de Partidos políticos. São eles os instrumentos capazes de gerar e operar o poder no sistema democrático livre. Sem a existência de Partidos políticos fortes que ocupem seus espaços, divulguem suas idéias, tenham seus quadros, é impossível que a democracia possa funcionar. A instabilidade política brasileira corresponde, em grande parte, à instabilidade partidária.

— Se as coligações são assim tão abjetas por que o Governo e o PDS lutaram pela aprovação da sublegenda para governador?

— Os Partidos são recentes e, por isso, eles não estão ainda perfeitamente estruturados. Estamos em busca do aprimoramento democrático, num processo de abertura. Temos de acomodar esta situação à realidade atual do país.

Com este realismo, de que os Partidos não estão perfeitamente estruturados e como o Brasil sempre teve uma tradição de Partidos regionais, nós admitimos — para esta eleição — que todas as correntes partidárias pudessem participar do pleito. O instituto das sublegendas era válido porque era uma coligação de pessoas e não de Partidos.

— No momento em que a Oposição achou que não podia haver essa coligação de pessoas dentro de um mesmo Partido, nós achamos que seria muito pior uma coligação de Partidos e não de pessoas. Porque a coligação de pessoas manteria a coerência partidária do mesmo programa, das mesmas idéias, da mesma ação política. Uma coligação de Partidos não, porque ela desfiguraria cada um deles. O eleitor não ficaria sabendo se estava votando num Partido ou noutra. Estaria votando numa frente, quer dizer, o objetivo da coligação é simplesmente eleitoral e não institucional.

— Quanto aos chamados pequenos Partidos, Senador, mantem-se a disposição de alterar a legislação para garantir-lhes a sobrevivência?

— Eu acho que não podemos criar uma legislação rígida que impossibilite a vida dos pequenos Partidos. Quando a Emenda 11 foi feita tinha objetivo de evitar a proliferação demasiada de Partidos que é também um dos males que enfraquecem o sistema institucional. A crise de 64 é a crise dos Partidos. Tínhamos mais de 14 Partidos, o que significava que não tínhamos Partido nenhum. Foi neste sentido, de evitar esta proliferação, que as exigências foram feitas. Mas, se essas exigências demonstrarem na prática tão rígidas, capazes de restringir a vida destes Partidos que hoje são pequenos mas amanhã poderão ser grandes, nós devemos modificar essa legislação.

— Como presidente do PDS, o Sr poderia fazer uma previsão sobre as chances eleitorais do seu Partido? Em quantos Estados, por exemplo, o PDS tem condições de sair vitorioso?

— Não posso fazer uma análise numérica de quantos Estados, mas acho que a nossa posição é muito boa. Somos o Partido mais bem estruturado no país, temos grandes lideranças em todos os Estados e estamos pouco a pouco vencendo aquela fase em que a colocação dessas lideranças criava problemas. Hoje temos maior unidade, uma visão mais unitária do fato político, estamos unificando a nossa linguagem cada vez mais. O PDS está ocupando o espaço de um Partido de centro, democrático. Afonso Arinos teve oportunidade de dizer que o PDS era o mais brasileiro de todos os Partidos. Disse isso não no sentido de que os outros Partidos não fossem brasileiros, mas no sentido de que não temos ressentimentos contra ninguém, contra os militares, os professores, os estudantes, os religiosos. Somos um Partido que não é contra ninguém. Ao passo que, nós outros Partidos, ainda encontramos uma grande dose de ressentimentos com determinados segmentos da sociedade.

Estamos saindo daqueles problemas que seriam impeditivos da participação vitoriosa do PDS na eleição, como a situação econômica e as dificuldades sociais do país. O Brasil está atravessando este momento de tempestade do mundo inteiro em que as economias mundiais entraram em crise a partir do problema do petróleo. O Brasil está atravessando a crise sem maiores danos e vamos chegar o fim do ano com a economia mostrando tendências de controle, as setas de inflação que eram ascendentes passam a ser descendentes, o nível de desemprego que chegou a ponto alto caiu bastante. A economia, que teve o setor industrial praticamente paralisado, dá mostras de reativação. Enfim, o país começa a sair desses problemas. Também corresponde a isso o desempenho excelente que o país teve ano passado no setor de energia. Conseguimos reduzir o consumo de petróleo e estabilizar as nossas importações, aumentando as nossas descobertas de novas reservas.

— O programa de construção de novas hidrelétricas marcham dentro dos seus cronogramas. A descoberta de ouro e minerais estratégicos, tudo isso significa que o país começa a vencer o período talvez mais difícil desses últimos anos de sua História. Tanto assim que o Presidente Figueiredo acaba de ser escolhido o estadista da América Latina porque nós conseguimos atravessar um período de abertura política, que é um período difícil, de acomodação de instituições, saindo de um regime de exceção, e enfrentamos uma crise econômica mundial das mais graves. Fizemos a superposição desses dois problemas, o que servia de multiplicador das nossas dificuldades. Mas, como todos nós acreditamos nas potencialidades do Brasil, estamos saindo delas. Aqueles que jogavam no caos estão perdendo, porque o caos não apareceu.

— O Deputado Nelson Marchezan, apesar dessas boas perspectivas que o Sr aponta agora, acredita que o PDS não voltará majoritário ao Congresso, em 82...

— Com todas as nossas lideranças, nossa estrutura partidária, não há possibilidade de não voltarmos majoritários. O que se pode dizer é que talvez não tenhamos maioria absoluta dentro do Congresso, o Partido majoritário nunca tem maioria absoluta: vive, naturalmente, das alianças que se formam em torno das proposições. Mas eu espero que, o PDS tenha a maioria absoluta e mesmo que isto não ocorra, não é motivo de nenhuma catástrofe, nem significa a diminuição da capacidade do Partido.